

PELO PRISMA RURAL



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES – IARA BELELI

MARCO AURÉLIO CREMASCO – MARIA TERESA DUARTE PAES

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

Fernando Cerisara Gil

PELO PRISMA RURAL

Ensaio de literatura brasileira

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

G37p Gil, Fernando Cerisara
Pelo prisma rural : ensaios de literatura brasileira / Fernando
Cerisara Gil. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2023.

1. Vida rural na literatura. 2. Regionalismo. 3. Literatura -
História e crítica. 4. Sociologia. I. Título.

CDD - 808.8391734
- 307.72
- 809
- 301

ISBN 978-85-268-1607-7

Copyright © by Fernando Cerisara Gil
Copyright © 2023 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade do autor e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

Certamente isso é uma enorme incongruência, mas não nos devemos admirar. Fervilham nesse país incríveis incongruências, vivemos cercados de incongruências.

Graciliano Ramos

SUMÁRIO

Nota prévia.....	9
Apresentação.....	13

PARTE I

1. Sobre a ausência e o surgimento da noção de regionalismo na literatura brasileira: notas para repensar o problema	19
2. O regionalismo em Antonio Candido e o pensamento social brasileiro.....	42
3. O regionalismo e o modernismo: um campo em conflito	60
4. As aporias da literatura no Paraná (ou o porquê de a literatura do Paraná não ter a sua história).....	76
5. O conto rural entre dois séculos: notas sobre algumas de suas transformações	96

PARTE II

6. <i>Os jagunços</i> e o romance rural	121
7. O impossível percurso de torna-viagem	141
8. Graciliano Ramos no século XIX: pensamento, personagem e narrador no romance brasileiro	162

9. Os movimentos do narrador e a matéria rural: <i>Vidas secas</i>	179
10. Os impasses da forma nas leituras de “Meu tio o Iauaretê”.....	206
11. A violência em <i>Sargento Getúlio</i>	231
12. A metalinguagem como posição de classe do narrador em <i>A hora da estrela</i>	251
13. O romance rural em três tempos.....	275
Referências	295

NOTA PRÉVIA

Os estudos reunidos neste livro têm como proposta compreender certas formulações do pensamento literário e certa prosa ficcional pelo que chamo aqui de prisma rural. No âmbito dos estudos literários e da produção ficcional, a noção de prisma rural foi reconhecida e chamada canonicamente, em linha mais abrangente, de regionalismo; em linhas mais específicas, pode-se denominar de sertanismo, de gauchesca, de estudos e literatura amazônicos, dentre outros.

Num caso e noutro não deixamos de trilhar uma ideia já rotineira no pensamento literário e social que, em momentos diferentes e com objetivos também diversos, entendeu o espaço rural, ou seja, a terra e as suas implicações, como associado à singularidade nacional e ao tema da formação histórica brasileira. Embora não diretamente, a noção de espaço rural é tratada em dois sentidos: como referente histórico, constituído por relações sociais que conformam sujeitos e processos, estabelecendo formas sociais; e como símbolo, como metáfora, de uma experiência intelectual e imaginativa que sistematiza e organiza formas de compreensão e de ação na vida social. A articulação dos dois âmbitos que se buscou apreender nos ensaios não pressupõe a anterioridade ou a determinação de um sobre o outro. Nem o espaço rural é visto como mero cenário físico, histórico e social nem muito menos como simples dimensão cultural e literária. Seja nos ensaios que discutem a noção de regionalismo e

suas implicações no pensamento literário e cultural, seja nos ensaios de literatura propriamente, o objetivo foi sempre o de atentar às relações recíprocas entre as formas sociais e as formas literárias e de pensamento.

Muito mais do que uma categoria estaticamente definida *a priori*, o conceito de rural engendrou-se como espécie de noção em constante movimento prismático, múltiplo e variado, tendo em vista as questões e os problemas que a matéria ficcional e reflexiva foi se nos descortinando ao longo do estudo.

Em razão disso, os ensaios deste livro estão divididos em duas partes. Uma primeira gira num impulso, ao mesmo tempo mais teórico e histórico, que tenta captar, conceber e entender o rural numa noção polimórfica, nem sempre igual a si mesma, ainda que dando conta de experiências próximas ou comuns. Ele configura um leque de questões e problemas diversos que dizem respeito ao modo e às condições de como ingressa na consciência literária e histórica dos nossos escritores tomando a forma do que se passou a denominar de regionalismo, até o ponto de se constituir em um dos vetores determinantes de nossa experiência imaginativa e intelectual, fazendo com que, por meio dele, se reconheça e caracterize a formação de subsistemas literários ou, se quiser, de literaturas provinciais, muitas vezes em disputa pela hegemonia do campo literário e cultural.

Uma segunda parte investiga as formas como a prosa de ficção brasileira lidou com a matéria rural, particularmente ao longo do século XX, mas com alguma brecha já para o século XXI. Interessamos saber de que modo a ficção dá forma e faz falar esse mundo rural. O leitor poderá observar que também aqui o rural pode ser percebido no seu caráter multifacetado, em razão do embate no qual a forma ficcional, em seus diferentes gêneros narrativos, do conto ao romance, e em seus vários estágios, dos romances *Os jagunços*,

de Afonso Arinos, a *Torto arado*, de Itamar Vieira Jr., passando por “Meu tio o Iauaretê”, de João Guimarães Rosa, teve que se haver com a matéria rural.

Podemos acrescentar que o que se chama de rural nas duas partes que compõem este livro ainda pode ser considerado como uma noção que funciona como um movimento basculante. A natureza social do problema, o caráter social da forma literária e do pensamento em foco, sempre nos permitirá vislumbrar o movimento contraditório e irresolvido das formas da instauração da precária modernidade na sociedade brasileira. Nesse sentido, como se observará nos estudos realizados, o rural não escapa à cristalização de formas sociais da modernidade capitalista em diferentes âmbitos. Vejam-se, nesse sentido, ainda que em campos diferentes, por exemplo, a posição do regionalismo diante do modernismo e os procedimentos técnico-formais em romances como *Vidas secas* e *Sargento Getúlio*, que buscamos examinar. Por outro lado, o rural também não deixa de ser repositório em que se situam elementos do atraso no bojo das formas sociais de reprodução do capitalismo em sociedades periféricas como a nossa. A permanência do atraso e as condições de instauração de certa modernização periférica formam a matéria social não somente dos dois romances mencionados, mas de todas as narrativas analisadas nesta obra. Conteúdo tensionado que vai caracterizar e sedimentar as formas ficcionais não menos conflituadas e contraditórias que lidam com a matéria rural.

As questões abordadas ao longo deste livro dão continuidade às reflexões e aos problemas formulados em dois outros estudos anteriores: *Ensaio sobre a formação do romance brasileiro: uma antologia (1836-1901)* e *A matéria rural e a formação do romance brasileiro: configurações do romance rural*.¹ Não se trata de continuidade em linha reta, tanto porque a configuração dos três

¹ Respectivamente, Gil, 2014a e 2020.

livros é diferente quanto porque neste que agora se apresenta se avançou temporalmente no exame dos temas e obras, enquanto os outros estavam circunscritos às questões do nosso longo século XIX. De qualquer modo, o ar de família dos problemas não deixa de ser entrevisto com certa constância, e sob esse ângulo não estranhe o leitor as referências, citações e retomadas dos ensaios passados, para o qual peço clemência desde já.

Boa parte dos artigos foi publicada em periódicos diversos. Em função do novo formato, o material foi revisto, reescrito e corrigido, quando necessário.

O financiamento do CNPq tornou possível a execução da pesquisa que originou este livro.

APRESENTAÇÃO

UMA QUESTÃO TRANSVERSAL

Luís Bueno

“Na arte brasileira, até mesmo moderna, o elemento regional está comparecendo com uma constância apavorante. Carece acabar com isso logo”. É com essa irritação que Mário de Andrade abre o artigo “Regionalismo”, publicado em fevereiro de 1928 no *Diário Nacional*, mesmo jornal que estamparia, exatos cinco meses depois, um trecho de *Macunaíma*, “romance folclórico a sair”. E, não é demais notar, dez anos depois de o próprio Mário de Andrade ter feito uma interessante incursão no conto regional, com “Caso pançudo”, datado de 1918 e incluído no volume *Primeiro andar* (1926).

Passado quase um século, essa irritação pode ser vista sem irritação. Por um lado, ela representa uma reação à voga regionalista cujo ápice, aliás, ocorrera anos antes, quando se publicaram os livros mais importantes da geração, sobretudo de contistas, que sucedeu Afonso Arinos e Coelho Neto, como é o caso de *Contos gauchescos* (1912), de Simões Lopes Neto, *Tropas e boiadas* (1917), de Hugo de Carvalho Ramos, *Urupês* (1918), de Monteiro Lobato, e *Os caboclos* (1920), de Valdomiro Silveira. Por outro lado, o crítico não poderia prever que a literatura regionalista estava tomando novo fôlego e ganhando terreno no romance que teria quatro edições e o aplauso geral da crítica naquele mesmo ano de 1928: *A bagaceira*, de José Américo de Almeida. Fôlego logo renovado em 1930 com *O quinze*, de Rachel de Queiroz, e seguido por uma produção vasta e significativa nos anos e mesmo nas décadas seguintes.

É claro que algo mais que o cansaço movia Mário de Andrade. Sua preocupação central, no corpo do artigo, é a de que o regionalismo “não adianta nada nem para a consciência de nacional”, mesmo porque os artistas que o exploram, ambicionando construir uma arte nacional, “despencam logo para o elemento característico”.

Trata-se de um julgamento que se enraizou no pensamento crítico brasileiro, compatível, por exemplo, com o que Antonio Candido desenvolveria nas décadas seguintes, e que terminaria por se constituir como um lugar-comum definidor sobre o regionalismo, o de que ele geraria uma arte pequena e apequenadora cujo principal efeito seria o de registrar os aspectos pitorescos da vida rural convertendo as personagens em criaturas destituídas de humanidade, reduzidas a mais uma peça da exótica paisagem que explora. Não é coincidência que, quando o autor regionalista produz algo que a crítica considera de valor, a tendência tenha sido a de explicar o fenômeno a partir da ideia de que aquele escritor foi capaz de ir além do regionalismo. Foi dessa maneira, por exemplo, que Lúcia Miguel Pereira tratou Monteiro Lobato e que Antonio Candido tratou Guimarães Rosa.

A despeito desse julgamento depreciativo, o regionalismo permaneceu como força ativa na literatura brasileira desde o romantismo, não se extinguindo em nenhum período desde então, nem mesmo com o rápido processo de urbanização por que a sociedade brasileira passou a partir da década de 1940, quando, segundo o IBGE, apenas 31% da população vivia nas cidades, até chegar aos 84% indicados pelo censo de 2010, jamais deixando de produzir obras fundamentais da literatura brasileira.

O regionalismo, portanto, goste-se ou não, representa um problema crítico central para os que se interessam pela literatura brasileira – e a compreensão de que se trata de arte menor não encerra o debate. Aliás, julgamentos assim generalizados raramente são bem-sucedidos, se é que alguma vez o foram.

Há mais ou menos 15 anos Fernando Gil tem se debruçado sobre esse fundamental problema crítico por meio de um gesto interpretativo que procura se libertar do lugar-comum derrisório sem qualquer tentação de, por compensação, sobrevalorizar seu objeto. Isso fica claro já num de seus primeiros textos sobre o tema, “A crítica e o romance rural”, publicado em 2008, que procura investigar precisamente as origens dessa má reputação do regionalismo. Metodicamente, ele passou a estudar o regionalismo do século XIX, aquilo que preferiu chamar de romance rural, e o resultado desse estudo é o livro *A matéria rural e a formação do romance brasileiro*, saído em 2020.

Neste *Pelo prisma rural* o trabalho se encorpou, ampliou-se e traz algumas surpresas. A primeira delas surge logo no primeiro ensaio, que defende o uso do conceito de “regionalismo” como articulador da experiência literária coletiva no Brasil, afinal de contas, era novo na altura em que Mário de Andrade reclamou dele, cabendo a José Veríssimo, a partir de 1912, a primazia de seu uso sistemático. Trata-se de uma hipótese fundamental. Ora, durante o século XX, toda uma tradição crítica trabalhou com o conceito de forma a assumir-se que uma série de autores fizeram programaticamente literatura regional. Em outras palavras, criado o conceito, naturalizou-se uma visão do objeto – no caso, os textos – que não era corrente para quem praticava aquilo que se transformaria numa vertente numerosa e importante da literatura brasileira.

Talvez alguém pudesse dar de ombros e perguntar: e daí? O fato de podermos reunir uma série de obras sob um nome criado *a posteriori* é um falseamento? A resposta, evidentemente, é que é claro que essa é a função de um conceito e não, não se trata de falseamento maior nem menor do que o provocado por qualquer outro conceito. Mas é inegável que desnaturalizar o conceito é ganhar a consciência de que se trata apenas disso, um conceito, e que, portanto, pensá-lo, e as obras sob ele reunidas, em outra perspectiva não é falsear o objeto;

ao contrário, é uma atitude necessária. Sem essa atitude crítica, nenhum fenômeno no campo da literatura pode ser reexaminado e ter seu significado repensado.

Toda a primeira parte deste volume procura lidar com esse conceito de maneira que se possa vê-lo em sua historicidade; por um lado, na relação com uma visão de país federalizado que se construiu durante o início da experiência republicana e, por outro lado, nas tensões culturais que o peculiar processo de modernização que vivemos engendrou.

A segunda parte ao mesmo tempo restringe e amplia a visada crítica. Restringe no melhor dos sentidos porque, em cada ensaio, a atenção volta-se a obras específicas, com foco em sua constituição formal. E amplia porque o material que interessa engloba um largo período, de *Os jagunços* (1897) a *Torto arado* (2019), e, mais do que isso, um conjunto bastante diverso de autores. Essa escolha é particularmente significativa, já que se debruça sobre nomes que naturalmente vêm à cabeça, usualmente ligados a essa vertente, como Afonso Arinos e Graciliano Ramos, mas também convoca para o debate sobre a ficção rural ou regionalista Clarice Lispector, que em geral é vista como estranha a esse universo, Guimarães Rosa, que muitos dizem tê-lo superado, e Itamar Vieira Júnior, que estreia num tempo em que a própria ideia de regionalismo parece pertencente ao passado.

No centro das leituras, dando-lhes coerência, uma preocupação formal com a configuração do narrador e com o impasse que se cria pelo distanciamento entre sua voz, em geral vinda de um ambiente identificado com o urbano, e o universo mental, cultural e linguístico dos personagens regionais.

É assim que vão se produzindo novas surpresas para o leitor. Quando certos “defeitos” de um livro pouco frequentado pela crítica, como *Os jagunços*, de Afonso Arinos, são pensados como expressão

de um impasse e como maneira de tentar formalizar literariamente certas experiências históricas que marcam a vida num país desigual como o Brasil. Ou quando um romance com ampla fortuna crítica, como é o caso de *Vidas secas*, é repensado por meio do contraste entre a visão distanciada e quem sabe arrogante expressa pelo narrador sobre os personagens e a visão cheia de consideração e afeto que esses personagens têm uns dos outros.

Nesse capítulo das surpresas, conta-se de saída a própria inclusão de *A hora da estrela* num livro que pretende ver a literatura brasileira pelo prisma rural. Como se sabe, trata-se de livro caracteristicamente urbano. O narrador, que tem nome, gênero e classe explicitados, escreve tanto ou mais sobre si do que sobre a migrante Macabéa, está enraizado na cidade, e seu prisma é flagrantemente urbano e de classe média. Mesmo assim, a matéria que molda o livro é o incômodo que ele tem com a moça que vem daquele outro lugar que ele vê sem compreender e termina por rebaixá-lo repetidamente.

O jogo que este livro propõe, mais do que estudar uma tendência da literatura brasileira, é o de olhar essa tradição literária pelo prisma rural, ou seja, integrando-o como parte da equação, e não o recusando. Com isso instiga a pensar que aquilo que tem sido visto como algo a ser superado (e curiosamente, década após década, parece nunca ser) talvez produza um ponto de vista privilegiado que, explorado sem preconceitos, tem potencial para iluminar experiências aparentemente muito diferentes, mas que estão implicadas no mesmo problema que é produzir literatura de ficção num país que, por maiores mudanças que tenha vivido – entre as quais a quase extinção de formas de vida rural que foram tema da literatura e o surgimento do agronegócio como forma de organizar a vida no campo –, permanece desigual, mesmo que quase todos estejamos vivendo nas cidades.

PARTE I

1

SOBRE A AUSÊNCIA E O SURGIMENTO DA NOÇÃO DE REGIONALISMO NA LITERATURA BRASILEIRA: NOTAS PARA REPENSAR O PROBLEMA

Goste-se ou não do modo como ela tem abrigado conceitual e analiticamente certas obras e certos autores, goste-se ou não do lugar e do destino literário, social e ideológico a que ela remete tais obras e tais autores com relação ao conjunto da nossa produção, a noção de regionalismo se tornou um edifício conceitual sólido, grandioso e poderoso à compreensão e à explicação da literatura brasileira. E por isso mesmo não menos polêmico e por isso mesmo posto a questionamentos e debates, para qualquer lado que se olhe do feixe de problemas que o conceito suscita. Não são os debates e as polêmicas sobre o conceito que nos interessam diretamente aqui, mas a maneira e as condições com que a categoria ingressou na crítica e na história literárias. Trata-se de uma tentativa inicial, apenas exploratória da questão.

O conceito de regionalismo é tão forte e prevalecente nos estudos de literatura brasileira que não soa estranho pensar que “o termo regionalismo, cunhado no século XIX para caracterizar a literatura produzida fora do Rio de Janeiro, nas províncias, sobreviveu ao tempo”.¹ Tal formulação aparenta ter total pertinência

¹ Leonel & Segatto, 2009, p. 135.

se considerarmos a existência, ao longo do século XIX, de obras como *Ermitão de Muquém* e *O garimpeiro*, de Bernardo Guimarães; *Til/O sertanejo*, *O gaúcho* e *Tronco do ipê*, de José de Alencar; *O vaqueiro*, de Apolinário Porto Alegre; *Inocência* e *A mocidade de Trajano*, do Visconde de Taunay; *O Cabeleira*, de Franklin Távora; *O cacaulista*, de Inglês de Sousa; *A carne*, de Júlio Ribeiro, e *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva,² para ficarmos apenas no gênero romance. Ao que tudo indica, entretanto, a entrada dessa noção no circuito da crítica e da historiografia se deu um tanto mais tarde. Talvez não seja exagero e nem equivocado dizer que, ao longo do século XIX, o termo regional/regionalismo não tinha presença na crítica, ou se tinha era apenas pontual, e muito menos podia ainda se considerar que se tratasse de um conceito com estatuto e alcance que já buscasse sistematizar algum tipo de conhecimento sobre a literatura brasileira. A utilização da categoria, num ensaio como o mencionado, talvez expresse muito daquela força que apontamos no início e, também, de sua consequente naturalização no pensamento literário.

A intenção, a seguir, é tentar situar, perfazendo certo leque temporal, algo do debate que ocorreu no século XIX e no início do século XX no instante em que se esboçava possível reconhecimento das diferenças literárias no Brasil, mas sem se pautar ainda pela noção de regionalismo, até o momento em que o conceito passa a ter vigência, entre nós, no sentido de ser a tomada de consciência explícita da particularidade e da diferença local a partir de determinadas condições históricas e sociais. O caminho aqui escolhido requereu a seleção de alguns escritores que, a nosso ver, estabelecem uma espécie de veio próprio e “interno” ao problema, o qual, todavia, poderia ser realizado por outra trilha.

² Esse último romance teve apenas os seus primeiros capítulos publicados no século XIX, saindo na íntegra em 1952.